

**Parecer nº 192/99**

Data: 1999.11.17

Processo nº 737

**Requerente:** Jorge Manuel Leal Pereira Dias

**Requerido:** Direcção Regional de Educação do Norte

**1. Os factos**

1.1. Por requerimento datado de 24 de Agosto de 1999, Jorge Manuel Leal Pereira Dias, professor do quadro de nomeação definitiva da Escola Secundária Dr. Júlio Martins, de Chaves, solicitou ao Director Regional de Educação do Norte certidão dos seguintes dados do procedimento administrativo que - para o ano lectivo em curso (1999/2000) e para aquele estabelecimento de ensino -, conduzira à nomeação, por despacho de 14 de Julho de 1999, do orientador de estágio de Educação Física e Desporto:

- “informação quanto aos critérios de selecção que estiveram subjacentes à nomeação do docente responsável pela orientação do estágio (...)”;
- “informação sobre a existência, no respectivo processo administrativo, e a título instrutório, dos pareceres emitidos pelo Grupo Disciplinar de Educação Física, Conselho Pedagógico e Conselho Directivo, conforme normas fixadas para o preenchimento do modelo com a referência DRE/F nº 1/99, expressamente consagradas no documento emitido sobre o assunto pela Direcção Regional de Educação do Norte, datado do passado dia 29/03/99”;
- texto integral do referido despacho de nomeação de 14/7/99;
- “Documento instrutório anexo ao modelo com a referência DRE/F nº 2/99, emitido pelo Conselho Pedagógico do respectivo estabelecimento de ensino”.

- 1.2 Pelo ofício com a referência DRA/G – 60.549 e a data de 28/9/99, a Direcção Regional de Educação do Norte (DREN) deu-lhe resposta à primeira das questões por ele colocadas (informação quanto aos critérios de selecção que estiveram subjacentes à nomeação do docente responsável pela orientação do estágio) e comunicou-lhe a sua decisão de lhe recusar o acesso aos restantes elementos. Em síntese, diz a DREN, por um lado, que o acto de nomeação dos orientadores é da competência do respectivo director regional, *“consistindo no exercício de um poder discricionário”*; e, por outro lado, que alguns dos documentos cujo acesso é solicitado *“configuram meros documentos preparatórios não comunicáveis, ao abrigo do princípio da reserva da actividade administrativa”*.
- 1.3 Apresentou o requerente, em 13/10/99, queixa perante a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), por considerar – e em resumo –, que *“esta decisão viola o disposto no artigo 268º da Constituição da República, que vincula directamente as entidades públicas, e os artigos 61º e 62º do Código do Procedimento Administrativo, bem como, entre outros, os artigos 7º e 12º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto”*.
- 1.4 Porém, logo no dia imediato, veio pedir ao Presidente desta Comissão – e em aditamento à queixa apresentada – que intercedesse junto do director regional de Educação do Norte “no sentido de lhe ser passada reprodução autenticada do texto integral” da “informação prestada pela Escola Secundária Dr. Júlio Martins – Chaves” sobre a nomeação do orientador de estágio, em especial das indicações ou informações prestadas pelo seu Conselho Directivo e pelo seu grupo disciplinar de Educação Física.

## 2. O Direito

2.1 Não se afigura que os documentos a que o interessado pretende aceder (e de que, por isso, pede certidão) sejam, dada a matéria sobre que incidem, de qualificar como nominativos, ou seja, como documentos contendo dados pessoais, no sentido definido pelo artigo 4º, nº 1, alíneas *b)* e *c)*, da Lei de Acesso aos Documentos da Administração (LADA) – Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, alterada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho. Também não tem aqui lugar a moratória prevista no nº 4 do citado artigo 7º, por o processo de nomeação já estar concluído. Estamos, assim, perante documentos administrativos cujo acesso é aberto a todos, nos termos dos artigos 268º, nº 2, da Constituição e 4º, nº 1, alínea *a)*, 7º, nºs 1 e 2, e 12º da LADA.

2.2 Assim, face ao quadro legal vigente, não se mostra correcta a posição da DREN de recusar ao ora queixoso o acesso aos pretendidos documentos administrativos com os fundamentos quer de aquele acto de nomeação ter sido praticado no uso de poderes discricionários quer de alguns dos documentos em questão serem preparatórios e, por isso, não comunicáveis, “*ao abrigo do princípio da reserva da actividade administrativa*”.

2.3 A LADA não faz distinção entre documentos administrativos produzidos no exercício de acto ou actividade vinculada ou discricionária, recorrível ou irrecorrível. Sempre se dirá, porém, que, mesmo quando a lei confere à Administração uma margem de discricionariedade, o fim público em vista, a competência para a prática do acto e certas exigências de forma e inclusive de fundamentação são de natureza vinculada. Por outro lado, a alegada reserva da actividade administrativa não pode mais invocar-se contra o princípio constitucional da Administração aberta, consagrado no nº 2 do artigo 268º da Constituição e de que a LADA é desenvolvimento legislativo, com ressalva, sim, das matérias relativas à segurança interna e externa, à investigação

criminal, à intimidade das pessoas, aos segredos comerciais e industriais e, por tempo não superior a um ano, a processos não concluídos.

2.4 Relativamente aos documentos sobre que incide o aditamento à queixa recebido em 14/10/99 (cf. ponto 1.4), a CADA não pode – na medida em que não coincidam com aqueles a que se reporta a queixa apresentada em 13/10/99 – emitir parecer sobre a legalidade do seu acesso pelo ora queixoso sem que este previamente o solicite à DREN ou à própria Escola Secundária Dr. Júlio Martins, por escrito, como dispõe o artigo 13º da LADA. Havendo indeferimento expresso, falta de decisão ou decisão limitadora do exercício do direito de acesso, poderá então ser apresentada queixa a esta Comissão.

### **3. Conclusão**

Em face do exposto, cumpre concluir que a DREN deve facultar ao ora queixoso o conhecimento dos documentos em questão pela requerida via de certidão ou de reprodução autenticada.

Aprovado na sessão da CADA de 17 de Novembro de 1999.

*João Figueiredo (Relator) – José Magalhães – Vasco Almeida – Francisco de Brito – Renato Gonçalves – Branca Amaral – Amadeu Guerra– Castro Martins (Presidente)*